Aquícolas, mereceu o parecer favorável do Conselho Técnico Florestal e Aquícola;

Considerando a conveniência da exploração regular desta Mata;

Considerando ainda a vantagem do estabelecimento de parcelas para estudo da talhadia de eucaliptos pelos métodos de exploração por superfície;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado e posto em execução o projecto de ordenamento da Mata Nacional de Escaroupim.

Art. 2.º Adopta-se o tratamento em talhadia na Mata a que se refere o artigo anterior, constituindo esta uma única secção e única série, na qual será aplicado o método de «talhadia simples regular ou de áreas iguais».

Art. 3.º Fixa-se em quinze anos o período de conversão das actuais e futuras plantações em talhadia na mesma Mata.

Art. 4.º Serão estabelecidas as parcelas julgadas necessárias ao estudo dos métodos por superfície.

Art. 5.º As futuras revisões do ordenamento serão efectuadas de cinco em cinco anos.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Abril de 1952.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Para os devidos efeitos e em execução do disposto no § único do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 35:510, de 21 de Fevereiro de 1946, inserto no *Diário do Governo* n.º 38, 1.ª série, da mesma data, publica-se a seguinte alteração à tabela de abonos de viagens do pessoal da rede de ambulâncias postais, publicada no *Diário do Governo* n.º 108, 1.ª série, de 7 de Junho de 1950,

aprovada por despacho do correio-mor de 18 do corrente, que entrará em vigor na data da publicação deste despacho:

Tabela de abonos de viagens ao pessoal da rede de ambulâncias postais

Conduções de malas fechadas

Conduções	Importâncias
Ramal de Pampilhosa	26\$00

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, 23 de Abril de 1952.— O Director dos Serviços de Exploração, *Oscar Saturnino*.

Administração dos Portos do Douro e Leixões

De harmonia com a deliberação tomada ao abrigo do n.º 9.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36:977, de 20 de Julho de 1948, se publica que o Conselho de Administração dos Portos do Douro e Leixões, por seu despacho de hoje, autorizou, nos termos do artigo 24.º do mencionado Decreto-Lei n.º 36:977, a seguinte transferência de verba no orçamento vigente da mesma Administração:

Artigo 13.º «Encargos administrativos»:

N.º 4) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»:

Da alínea b) «Despesas de representação (artigo 77.º da lei orgânica)» — 3.500\$00

Para a alínea a) «Diversos serviços de advogado, procurador, etc, e os previstos no § 2.º do n.º 4.º do artigo 66.º da lei orgânica» + 3.500\$00

Administração dos Portos do Douro e Leixões, 22 de Abril de 1952.— O Presidente do Conselho de Administração, *Antão Santos da Cunha*.